

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA - HIS

GIULIA BIANCA BACARIN FAY DE SOUSA

**MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR:
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SUBVERSÃO DE PAPÉIS E REPRESENTAÇÃO
FEMININA (1968-1985)**

Brasília
2019

GIULIA BIANCA BACARIN FAY DE SOUSA

**MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR:
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SUBVERSÃO DE PAPÉIS E REPRESENTAÇÃO
FEMININA (1968-1985)**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Título de Graduação em História, com grau de Licenciada e Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres.

Brasília
2019

à Lúcia Murat,
à Rita Sipahi,
à Sirlene Bendazzoli,
e às demais mulheres que subverteram a
ordem nos anos de chumbo

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre e em primeiro lugar aos meus pais, Raquel e Flávio, e à minha irmã, Anna, pelo apoio durante todos os anos de faculdade e em especial ao longo da realização deste trabalho. Por me ouvirem, me ajudarem, por me entenderem, eu sou muito grata.

Ao meu querido amigo e orientador, professor Mateus Gamba Torres, que tem me acompanhado desde meu segundo semestre, por ter abraçado as minhas ideias e tornado o ambiente nem sempre acolhedor da Universidade um espaço incrível para mim. Muito obrigada.

Aos meus amigos Hellen, Isadora, Júlia, Keilla, Lucas, Malu e Viviane. Alguns conheci na História e outros me acompanham há mais tempo, agradeço imensamente por terem me escutado falar inúmeras vezes sobre a Ditadura Militar durante os quatro anos de faculdade, contribuindo com suas opiniões e me acompanhando em eventos e em idas a arquivo.

Agradeço em especial à minha amiga Ana Carolina, que para além de todo o apoio durante crises existenciais, contribuiu com a leitura atenta e com a revisão deste trabalho.

Às mulheres incríveis que tive a honra de conhecer ao decorrer desta pesquisa: Lúcia Murat, Rita Sipahi e Sirlene Bendazzoli, por terem compartilhado comigo as suas memórias sobre um período tão difícil, eu serei eternamente grata. Vocês são a razão de ser desse trabalho.

As equipes da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça e da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, locais em que estagiei durante dois anos e que tiveram papel fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa. Em especial, agradeço à Cristina Schein, minha supervisora na CEMDP, e às queridas Gislane, Jacqueline e Keyla.

Aos meus professores da Escola La Salle de Águas Claras e, em especial, aos professores que me fizeram tomar gosto pelas Ciências Humanas: Eraldo, Jane e Rafael. Vocês me fazem acreditar na educação enquanto ferramenta de transformação.

Agradeço ao Departamento de História da Universidade de Brasília pelos quatro anos de curso, em especial ao Laboratório de História Social e aos professores e estudantes que o compõem, pela leitura e discussão crítica deste e de outros trabalhos.

Em especial, agradeço à querida professora Adrianna Setemy por todos os

comentários pertinentes e pelas discussões sobre o tema.

Às professoras Ione Oliveira e Eloísa Pereira, da cadeira de Brasil, por terem me apresentado o tema da Ditadura Militar de forma tão incrível nos meus primeiros semestres.

À minha amiga e professora Teresa Marques, por ter me apresentado à História das Mulheres, por todas as discussões e cafezinhos e por ter aceitado o convite de compor a banca, sou muito grata.

À Universidade de Brasília, lugar que se tornou praticamente a minha segunda casa durante esses quatro anos, por toda a experiência acumulada e por todas as oportunidades sou imensamente grata. Em especial, agradeço à Fundação Universidade de Brasília (FUB) pela bolsa de Iniciação Científica que recebi durante dois anos e que proporcionou posteriormente o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, agradeço à geração que lutou contra a Ditadura Militar que se instaurou no Brasil em 1964, aos que pagaram o preço da democracia com a vida e aos sobreviventes que ainda hoje permanecem defendendo ideais democráticos, é uma honra poder contar a história de vocês. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

**MULHERES CONTRA A DITADURA MILITAR:
VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SUBVERSÃO DE PAPÉIS E REPRESENTAÇÃO
FEMININA (1968-1985)**

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre a violência a que foram submetidas as mulheres militantes de esquerda durante a Ditadura Militar brasileira. Abarcando desde o ano de 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5, o “golpe dentro do golpe”, até a publicação do relatório *Brasil:Nunca Mais* em 1985, marco fundamental no que diz respeito às denúncias de tortura durante o regime. Busca-se compreender, através da análise de relatos orais, como se dava a violência contra as mulheres nos cárceres da Ditadura, quais foram as suas práticas comuns e como essa violência foi relegada ao silêncio durante muito tempo, mesmo após a redemocratização. Propõe-se também uma análise da *violência simbólica* contra as mulheres, como é conceituada por Bourdieu, por meio da consulta de documentos oficiais da repressão, no sentido de perceber como a questão moral se faz fundamental na criminalização de mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; História das Mulheres; Brasil República; Violência de Estado.

ABSTRACT

The following essay aims to propose a reflection about gender violence against left wing militant women during Brazil's Military Dictatorship. Since the AI-5 (Nº 5 Institutional Act) of 1968, "the coup inside the coup", up to the release of the *Brasil:Nunca Mais* report in 1985, a historic mark concerning allegations of torture during the regime, it is sought to understand, through the analysis of oral reports, how violence against women happened in the Dictatorship's political prisons, what were their common practices and how this violence remained in silence for many years, even after the redemocratization. It is also proposed an analysis of a symbolic violence against women, as conceptualized in Bourdieu, through the consultation of the Dictatorships's official documents, aiming to understand how the moral issue is important in the criminalization of women.

KEY WORDS: Military Dictatorship; Women's History; Brazil's History; State Violence.

LISTA DE SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AI-5	Ato Institucional nº 5
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
BNM	Brasil: Nunca Mais
CEMDP	Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CIE	Centro de Informações do Exército
CNV	Comissão Nacional da Verdade
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
JB	Jornal do Brasil
JUC	Juventude Universitária Católica
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MPF	Ministério Público Federal
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirante
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PE	Polícia do Exército
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
SNI	Serviço Nacional de Informações
UNE	União Nacional dos Estudantes
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

Introdução.....	10.
1. Violências sexual e de gênero nos presídios da Ditadura Militar brasileira.....	15.
1.1 Militante, substantivo masculino	15.
1.2 Luta armada e sexo: crimes equivalentes	18.
1.3 Práticas comuns de violência	21.
1.4 O silêncio sobre a violência sexual	25.
2. A mulher de esquerda nos documentos da repressão.....	29.
2.1 A importância de ter controle sobre o discurso	29.
2.2 Amante ingênua ou puta comunista?	31.
Considerações Finais.....	37.
Referências Bibliográficas.....	38.

Introdução

Nos últimos cinco anos, a sociedade brasileira têm presenciado um aumento considerável nos debates a respeito da Ditadura Militar que governou o país entre 1964 e 1985. A partir da eleição de 1994, o Brasil teve uma sequência de três presidentes eleitos que foram perseguidos pela Ditadura por terem participado, de diferentes formas, da oposição ao governo.

Durante esses governos, é importante dizer, houve tentativas de lidar com o passado traumático através de políticas de Justiça de Transição, as quais destacamos, de iniciativa da presidência: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP), instituída pela Lei nº 9.140, de 1995¹, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, criada pela Lei nº 10.559, de 2002² e a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve os seus trabalhos realizados entre 2011 e 2014 .

Apesar da tímida Justiça de Transição adotada pelo governo brasileiro, o que se viu crescer nos últimos anos foi uma tensão política marcada por discursos de grande teor conservador e também de saudosismo à Ditadura Militar. Esse cenário culminou na deposição da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Em sequência, observamos a eleição do primeiro presidente desde a redemocratização que tem um discurso antidemocrático e de exaltação aos governos militares que se instituíram a partir 1964 .

O historiador Julio Aróstegui define a História do Tempo Presente enquanto a análise de processos que ainda não acabaram ou que possuem uma vigência clara no contexto atual (AROSTEGUI, 2004, p. 46). Nesse sentido, entendemos que a Ditadura Militar foi uma experiência traumática para a sociedade brasileira e que está longe de ser um passado concluído.

Levando em consideração que o estudo histórico é feito a partir de um constante diálogo entre presente e passado, em que as demandas do presente orientam a pesquisa histórica (FAZIO, 2010, p. 52), a necessidade de falar-se sobre a Ditadura e sobre os crimes cometidos pelo Estado brasileiro durante esse período foi o que motivou essa pesquisa.

O presente trabalho surgiu a partir de um contato anterior com o tema de violência

1Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

2Lei nº 10.559, 13 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

contra as mulheres durante a Ditadura Militar, que se deu principalmente através de duas pesquisas feitas pelo Programa de Iniciação Científica (ProIC)³, realizadas entre 2016 e 2018, sob orientação do Professor Mateus Gamba Torres, do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB).

Esta monografia tem por objetivo propor uma reflexão sobre a violência de gênero a que foram submetidas as prisioneiras políticas durante a Ditadura Militar que perdurou no Brasil entre 1964 e 1985. O ponto de partida da pesquisa foi o capítulo décimo do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), que se tornou a narrativa oficial do Estado sobre os acontecimentos do período, em dezembro de 2014⁴. O capítulo em questão é dedicado à violência de gênero contra mulheres e homens, bem como a violência contra crianças filhas e filhos de militantes da oposição à Ditadura. É nesse capítulo que a CNV faz a afirmação de que mulheres presas políticas foram alvo de violência específica enquanto estiveram sob custódia do Estado.

A partir da perspectiva de que existiam especificidades no tratamento das mulheres nas prisões e na tortura, surgem algumas questões que orientaram este trabalho: quais são as razões que levam à essa diferença? Porque existia uma violência e uma tortura específica para a mulher e, especialmente, quais são os elementos culturais e as estruturas políticas que as significam?

Para pensar essas questões, se faz necessária uma análise de como se efetivou a violência contra as mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar. Assim, a discussão foi dividida em dois capítulos:

No primeiro capítulo, busca-se pensar a experiência feminina em relação à própria militância de esquerda e aos momentos que se seguiram de prisão e tortura, percebendo quais foram as práticas comuns de violência contra as mulheres militantes. Discutimos também a questão da violência sexual e quais os fatores que dificultam a existência desse tipo de relato. Para tal, fez-se necessário o uso da História Oral, uma vez que dificilmente esse tipo de narrativa seria encontrada em documentos oficiais.

Muito se discute dentro do campo histórico sobre a validade das fontes orais sob a perspectiva de que o relato oral pode ser enganoso ou mesmo a partir da preocupação de que a

3A realização desses Projetos de Iniciação Científica se deu com o financiamento da Fundação Universidade de Brasília (FUB).

4 Capítulo “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”. BRASIL. Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v.1. Disponível em:

<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 28 jan. 2019.

reassignificação da memória do indivíduo pode trazer demasiadas dificuldades ao historiador. No livro em que fala sobre a lembrança de velhos, Ecléa Bosi discute esse ponto na seguinte citação: “a veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial.” (BOSI, 1979, p. 37).

O historiador Paul Thompson traz uma perspectiva semelhante ao compreender o uso da História Oral como fundamental na busca por novas perspectivas históricas, geralmente relacionadas à “História vista de baixo”. Thompson aponta que muitas vezes os documentos oficiais têm uma funcionalidade relacionada ao poder político dominante, de forma que o relato oral pode proporcionar um novo olhar sobre um contexto histórico já estudado, um olhar diferenciado daquele dos documentos oficiais (THOMPSON, 1988). Nesse sentido, é importante frisar que em um contexto ditatorial as fontes oficiais possuem um caráter especial de omissão de fatos e que a violência cometida pela Ditadura Militar brasileira foi em boa parte uma violência clandestina, não-oficial, mascarada.

A partir dessa perspectiva, as fontes utilizadas para o primeiro eixo da pesquisa consistem em entrevistas realizadas com mulheres que estiveram presas durante o período entre 1968 e 1973, das quais podemos destacar os nomes de Lúcia Murat, Rita Sipahi e Sirlene Bendazzoli. Também foram utilizados relatos orais colhidos pela CNV, bem como aqueles presentes no Relatório *Brasil: Nunca mais* (BNM), publicado em 1985.

A metodologia adotada para a análise das fontes orais é a proposta por Verena Alberti em seu texto “Fontes orais: histórias dentro da história”, presente no livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky. Cabe destacar que as entrevistas realizadas tem caráter temático e não de história de vida, pois tratam de um evento histórico específico que faz parte da trajetória de todas as entrevistadas (ALBERTI, 2005).

No segundo capítulo, propõe-se a análise das formas de representação da mulher de esquerda pela repressão. A historiadora Ana Colling apresenta em seu *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil* os conceitos de “puta comunista” e de “mulher macho” como as duas leituras centrais que a Ditadura fez das mulheres de esquerda, no sentido de as considerarem “desvios” do que seria o ideal de mulher e de feminilidade (COLLING, 1997).

Assim, discutimos a importância de se ter o controle do discurso e de como a criminalização dessas mulheres se deu também por meio da desmoralização. Levando em consideração o conceito de “violência simbólica”, de Pierre Bourdieu, enquanto uma

violência que se dá principalmente através do discurso e que serve para legitimar a dominação masculina e também a violência física (BOURDIEU, 1999), analisamos documentos da repressão com o objetivo de perceber incidências dessa violência simbólica e de sua importância para a construção da imagem da mulher de esquerda pela Ditadura.

A partir dessa lógica, comparamos como são descritos prisioneiros homens e mulheres nos documentos produzidos pela repressão, assim como quais as informações que constam sobre esses militantes, a fim de perceber elementos que indiquem a presença dessa “violência simbólica”.

Os documentos oficiais analisados neste trabalho foram selecionados a partir da lista oficial de mortos e desaparecidos da Ditadura Militar formulada inicialmente pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (CEMDP) do Ministério dos Direitos Humanos (MDH) e que consta no anexo da Lei nº 9.140 de 04 de dezembro de 1995⁵, complementada posteriormente pelos trabalhos da mesma Comissão, bem como pela pesquisa da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Os documentos foram localizados a partir dos verbetes de cada uma das mulheres da lista de mortos e desaparecidos do Estado brasileiro, que podem ser consultados no volume três do Relatório Final da CNV e estão disponíveis, em sua maioria, no Arquivo Nacional, localizado em Brasília, sendo que não foi possível à pesquisadora a consulta de documentos que estão em arquivos de outros estados.

Para o trabalho com esses documentos “de polícia”, foi utilizada a metodologia proposta pelo historiador Carlos Bacellar no artigo “Uso e mau uso dos arquivos”, que compõe o já citado livro *Fontes Históricas*, organizado por Carla Pinsky (BACELLAR, 2005). O trabalho com documentos oficiais surgiu em um segundo momento, como uma inquietação em relação ao olhar dos torturadores sobre a mulher militante. Ao estudar um contexto ditatorial, no entanto, é preciso nos perguntarmos se o uso de documentos oficiais é viável, uma vez que são especialmente vinculados aos interesses do Estado e, nesse caso específico, da ditadura.

Para essa reflexão o uso de documentos oficiais pode ser importante justamente devido à essa manipulação. Os documentos da repressão têm também como objetivo justificar a prisão do indivíduo em questão. Todavia, é importante perceber que se em uma ficha criminal de uma prisioneira o fato de “ser a amante” de alguém consta como informação relevante, é preciso levar em consideração a questão de gênero.

5 Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

A história da resistência à Ditadura Militar brasileira compõe vasta historiografia, mas os estudos de gênero na área ainda são recentes e dão maior ênfase ao protagonismo feminino nas organizações de esquerda e à trajetória do movimento feminista no período. É nesse sentido que se dá a relevância da presente monografia.

Por fim, cabe indicar os marcos do recorte temporal deste trabalho entre o Ato Institucional nº 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968, e a publicação do relatório *Brasil: Nunca Mais*, em 1985. A escolha das datas se deu devido às fontes utilizadas, uma vez que as prisões relatadas ocorreram depois do AI-5 e percebemos o BNM como a primeira grande denúncia sobre os crimes da Ditadura e em especial sobre os crimes cometidos contra as mulheres presas políticas.

1. Violências sexual e de gênero nos presídios da Ditadura Militar brasileira

1.1 Militante, substantivo masculino⁶.

Antes de falar da violência sofrida pelas presas políticas da Ditadura Militar, é preciso relembrao do cenário de efervescência política e cultural dos anos 60 no Brasil e o que significava ser uma mulher que pensava e fazia política nesse contexto. Essa foi a primeira pergunta feita às mulheres entrevistadas para esta pesquisa.

A socióloga argentina Elizabeth Jelin aponta uma dicotomia entre o Estado militar masculino e a resistência feminina no cenário de redemocratização da Argentina na década de 70. Para Jelin, o militarismo incorporado ao Estado durante a Ditadura remete ao ideal de virilidade, geralmente associado à masculinidade, enquanto os movimentos que lutavam pela redemocratização do país chamavam a atenção pela liderança de mulheres, como foi o caso das Mães de Maio (JELIN, 2002, p. 99). A historiadora Paula Franco aponta que essa situação persiste no contexto brasileiro e ressalta o pioneirismo das mulheres na campanha pela Anistia e a forte presença das mesmas nos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos (FRANCO, 2017, p. 46).

Quando se fala em luta armada e estudantil contra a Ditadura, entretanto, a memória predominante ainda é a do protagonismo masculino. A historiadora Cristina Wolff, em quadro comparativo entre Brasil, Argentina e Chile, também aponta a questão da virilidade enquanto característica esperada para o militante da esquerda revolucionária em detrimento da passividade, ligada ao feminino e à velhice (WOLFF, 2010, p. 149).

Essas representações de gênero aparecem no depoimento de algumas mulheres no sentido do que era esperado da militante de esquerda pela organização. Sirlene Bendazzoli, entrevistada em 13 de fevereiro de 2017, veio de uma família de operários bastante ligada ao movimento sindical e começou a atuar no movimento secundarista aos 16 anos, logo após o golpe de 1964. Mais tarde, cursou Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), na rua Maria Antônia, centro político do movimento estudantil na época e lugar em que Sirlene intensificou a sua militância.

Durante a entrevista, Sirlene levantou alguns pontos sobre o papel da mulher nos

⁶ O subtítulo é uma referência à publicação “Luta, substantivo feminino” realizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República em 2010. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/mulheres.pdf>>. Acesso em 20 out. 2018.

movimentos em que ela participou e afirmou que os companheiros poderiam ser “tão machistas quanto o outro (os militares)”. Nesse sentido, lembrou que no movimento em que participou a mulher que usava maquiagem era mal vista, assemelhada à figura da “dondoca” ou da “reacionária”, e que ela e sua irmã, militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), costumavam usar chuteiras e calças jeans com botões na frente. Sobre isso ela afirmou:

Essa coisa da menina ter que...ela tinha que assumir quase um papel masculino...uma aparência masculina...’pra poder mostrar que ela podia também...então vai desde a roupa, da roupa do zíper na frente e da calça de zíper até a maquiagem...ela tinha que mostrar que ela era uma igual aos homens, né?

Essa “masculinização”⁷ esperada das mulheres militantes é levantada pela historiadora Ana Maria Colling no seu livro *A resistência da mulher à Ditadura Militar brasileira*. Segundo a autora, existia uma perspectiva de dessexualização por parte das mulheres de esquerda para se provarem enquanto militantes políticas frente aos companheiros da organização (COLLING, 1997, p. 68-69).

O que motivou essa “masculinização” das mulheres de esquerda pode ser objeto de muita reflexão. Deve ser levado em consideração que a geração de 60 estava no ápice do que se conhece por “revolução dos costumes”, o anticoncepcional estava na pauta do dia e, conseqüentemente, a liberdade sexual, apesar de a teoria feminista ser considerada divisionista dentro dos movimentos de esquerda naquele momento (COLLING, 1997, p. 41).

Para Wolff, existia um conflito geracional intenso que transparecia na esfera política:

A juventude naquele momento se via e era vista como portadora da mudança, da semente de uma nova sociedade, da força, da virilidade em suma, no sentido de atividade em contraposição à passividade que estava associada simbolicamente à feminilidade, mas também à velhice. (WOLFF, 2010, p. 149).

Esse discurso da passividade como sinônimo do feminino explica a necessidade de negar o sexo, no caso das mulheres. Colling analisa essa problemática também a partir do conceito de rivalidade feminina. Segundo ela, nos depoimentos colhidos, fica evidente uma necessidade de se diferenciar das “outras mulheres”, que seriam as alienadas ou as de direita, justamente as mulheres que valorizavam aspectos de feminilidade⁸.

Essa lógica aparece também na entrevista feita com Sirlene:

Hoje ninguém vai achando que você passa batom e se pinta, né? Naquela

⁷ Masculinização é sinônimo de assexualização no sentido de que o masculino é visto como o neutro. (COLLING, 1997, p. 71).

⁸ Aspectos de feminilidade seriam aqueles que são socialmente determinados como inerentes à condição feminina. Para a psicóloga Maria Helena Fávero, a significação do que é feminino se dá pela construção social de gênero, que atribui “diferentes significados, que fundamentam o que deve ser adequado e inadequado para cada um (dos sexos), definindo e lhes atribuindo diferentes papéis.” (FAVERO, 2010, p. 29).

época você fazer isso você tava se pondo do lado das...das peruas...das babaca...das reacionárias, entende? Então...é interessante que esse pessoal foi construindo uma outra estética também, né? Um outro modo de se comportar, de sentar, de tudo.

Os pontos levantados acima levam à conclusão de que apesar de o combate ao conservadorismo fazer parte do discurso da esquerda, os papéis de gênero ainda eram bem definidos e tradicionais dentro do funcionamento dessas organizações.

Essa discussão, apesar de não ser o ponto central da pesquisa, é bastante relevante para se compreender de que maneira a repressão enxergava as mulheres militantes de esquerda.

A socióloga Maria José de Rezende aponta a hierarquia militar como elemento de compreensão do discurso sobre ordenamento social, que foi um dos legitimadores do golpe de 1964. Segundo Rezende, essa ordem não se resumia apenas à questão de oposição política à Ditadura Militar, mas abarcava também a ideia de funções sociais para cada cidadão brasileiro, de forma que existia uma série de regras e expectativas e aquele que divergia de seu papel era considerado “subversivo” (REZENDE, 2001, p. 111).

Rezende ilustra o seu argumento a partir da proibição de greves e o controle do movimento sindical: a partir do momento que existe uma hierarquia entre patrão e empregado e o segundo questiona o primeiro, ele subverte uma ordem dada (REZENDE, 2001).

Pensando em uma perspectiva de gênero, a mulher que sai da esfera doméstica, seu local por excelência, para fazer política, ou seja, entrar na esfera pública, tradicionalmente destinada aos homens, subverte também a ordem. Para além do fato de ser uma opositora política de um governo ditatorial, é uma mulher que rompe com a hierarquia dada pelo patriarcado⁹.

Levando em consideração também a perspectiva de “moralização” do país trazida no discurso do golpe (COLLING, 1997, p. 22), faz-se relevante o conceito de gênero definido por Joan Scott, enquanto construção que dá significado às relações de poder entre os diferentes sexos, atuando inclusive na manutenção da ordem social (SCOTT, 1990 p. 3).

Se por um lado os papéis de gênero moldaram as relações dentro das organizações de esquerda, apesar da retórica de rompimento com o conservadorismo, por outro lado, eram defendidos com vigor pelos militares e demais apoiadores do regime. Nesse sentido, Ana Colling aponta alguns conceitos fundamentais para a compreensão da experiência das

9 De acordo com Carole Pateman o patriarcado seria a forma de poder político em que a mulher está sujeita ao homem e não goza dos mesmos direitos políticos (PATEMAN, 1993, p. 38-39).

mulheres de esquerda.

O primeiro conceito apresentado por Colling é o da “dupla subversão”, que seria justamente essa questão de subverter duas ordens existentes: a do regime ditatorial e a do patriarcado. Para a autora, perante a repressão, as mulheres de esquerda eram duplamente criminosas: eram comunistas e além disso representavam um “desvio de mulher” (COLLING, 1997, p. 96).

Por não se encaixar nas expectativas do que é ser mulher, foram criadas então duas leituras para a figura da mulher de esquerda: ou ela era uma “puta comunista”, ou seja, uma mulher que participava da militância por estar à procura de homens, ou uma “mulher-macho”, a mulher masculinizada, a lésbica, o desvio completo do que era ser mulher (COLLING, 1997, p. 103).

1. 2 Luta armada e sexo: crimes equivalentes

Eu tenho uma história até muito engraçada que quando eu fui pedir o meu habeas corpus, muitos anos depois, assim, recentemente, na época da democracia e tal...me foi mandado pelo atual órgão lá a ABIN, um relatório depois em que eu era acusada e dizia “assalto a banco, sequestro e não sei o que, vírgula, teve muitos amantes”, quer dizer, era encarado da mesma maneira, entendeu? Quer dizer, era muito doido. (Lúcia Murat, em entrevista).

Lúcia Murat, em entrevista realizada via *Skype* em 06 de abril de 2017, indicou que sua entrada na vida política se deu através do Movimento Estudantil e sua primeira prisão ocorreu no Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo, em 1968. Após a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Lúcia entrou na clandestinidade e escolheu o caminho revolucionário para o combate à Ditadura Militar, integrando a organização Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8).

A segunda prisão de Lucia se deu em março de 1971 e ela passou três anos em cárcere. Desde a década de 80, com o lançamento de seu filme “Que bom te ver viva”¹⁰ em 1989, Lúcia tem denunciado as torturas sofridas durante o período em que foi presa política, sendo o filme citado um marco no que diz respeito às denúncias sobre abuso sexual durante a Ditadura.

O trecho acima foi retirado da entrevista feita com Lúcia via *Skype* e ele chama a atenção pela percepção que ela apresenta sobre o que era considerado crime pela repressão. O fato de ter tido “vários amantes” aparece como informação semelhante ou de igual relevância

10 QUE bom te ver viva. Direção de Lucia Murat. Rio de Janeiro, 1989, (1h40min) son. cor.

ao seu envolvimento no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick em sua ficha criminal. Esse tipo de relato – não tivemos acesso ao documento citado por Lúcia – faz sentido se pensarmos no já citado conceito da “puta comunista” (COLLING, 1997, p. 93), e apareceu também em outras entrevistas.

Rita de Miranda Sipahi também iniciou a sua militância contra a Ditadura pelo Movimento Estudantil, participou da União Nacional dos Estudantes (UNE) de Fortaleza e também do movimento da Juventude Universitária Católica (JUC). Mais tarde integrou a Ação Popular (AP) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

Em entrevista realizada em 27 de abril de 2016, Rita falou sobre a sua experiência no cárcere e, ao ser perguntada se se sentiu discriminada pelos militares por ser mulher, Rita também trouxe a tona a questão da mulher de esquerda vista como prostituta:

Então eles, pra te desmoralizar, eu ficava de sapato alto, nua, ‘cê imagina, bem jovem, no canto de uma parede, ali, né? Então, era já tentar... aí você já era vista como uma prostituta, quer dizer, na cabeça deles, eu era uma prostituta. Quando, e a forma que eles se referiam também era. Na OBAN¹¹, a primeira palavra que eu ouvi foi “sua puta” “tem cara de santa, mas é uma prostituta”, quer dizer, você, com que, enfim era sempre uma...uma...uma forma de...de tratar pra te vulnerabilizar, quer dizer, te destruir enquanto pessoa.

Alguns dos pontos levantados por Rita nesse trecho merecem destaque, como a própria função da tortura que seria, em suas palavras, “te destruir enquanto pessoa”. A historiadora Mariana Joffily discute esse aspecto da tortura no capítulo quatro do seu livro *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)* (JOFFILY, 2013, p. 242).

Para Joffily, o argumento de que a tortura foi necessária para a coleta de informações é questionável a partir do momento em que muitos dos presos políticos eram torturados a tal ponto que lhes era impossível repassar informações. Dessa forma, ela indica que a tortura durante o período militar tornou-se mais uma “ferramenta de governabilidade”, utilizada sistematicamente contra a oposição, do que um método investigativo (JOFFILY, 2013, p. 255).

Joffily traz uma reflexão sobre como a tortura policial passou a atingir a classe média branca – historicamente poupada desse tipo de punição – no contexto da Ditadura, e como que para isso foi necessário desumanizar esse sujeito que normalmente não é o alvo da polícia.

¹¹ Instituída em 1º de julho de 1969, a Operação Bandeirante tinha como missão “identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam.” (JOFFILY, 2013, p. 42).

Essa desumanização do militante de esquerda, segundo Joffily, aconteceu pela percepção do “outro” como o terrorista subversivo, em um verdadeiro exercício de alteridade que é necessário para o momento da tortura (JOFFILY, 2013, p. 258).

No caso das presas políticas, cabe lembrar, a alteridade já existe. Foram mulheres torturadas por homens, isto é, a relação de poder e os códigos culturais patriarcais influenciaram a experiência da prisão de maneiras diversas.

Rita, por exemplo, identifica e menciona a questão da desumanização do sujeito e fica evidente em sua fala que a desumanização da mulher, para ela, significou também desmoralização.

Essa desmoralização também é necessária para justificar a tortura às mulheres, que seriam mais “frágeis” do que os homens no imaginário social. É relevante destacar que de forma alguma as militantes foram poupadas da tortura por causa dessa “fraqueza” biológica, muito pelo contrário, até mesmo mulheres grávidas foram alvos de torturas e sevícias (BRASIL, 2014, p. 402).

Vera Sílvia Magalhães foi militante da organização de guerrilha urbana MR-8 e figura central no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Esteve presa no Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)¹² do Rio de Janeiro entre março e junho de 1970 e em 2004 relembrou o período de cárcere em entrevista à TV Câmara:

Eles me torturaram na sexta-feira santa. Fui a única pessoa torturada na sexta-feira santa na PE (Polícia do Exército) e eles me disseram ‘você vai ser torturada como homem, como Jesus Cristo’. E aí foi uma loucura o que fizeram.¹³

Esse trecho remete à percepção que a repressão possuía da mulher militante enquanto uma não mulher. Nessa mesma entrevista Vera afirmou que a tortura que sofreu foi “desproporcional para uma mulher” e ainda disse que é possível que eles tivessem mais ódio dela por se tratar de uma mulher, mas que ela não sabia o porquê.

Para Dulce Pandolfi, militante à época da Ação Libertadora Nacional (ALN) do Recife entre 1968 e 1969, – em 1970 passou a viver na clandestinidade e teve que se mudar para o Rio de Janeiro, local em que foi presa em agosto do mesmo ano – essa repulsa à mulher

¹² O sistema DOI-CODI foi instituído a partir de 1970 e tinha como razão de ser o combate ao crime político a nível nacional. Segundo Mariana Joffily: “Os CODIs eram órgãos de planejamento, ao passo que os DOIs eram órgãos de ação”, e “O sistema DOI-CODI foi criado a partir de diretrizes secretas, elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo então presidente da República Emílio Garrastazu Médici. (JOFFILY, 2013, p. 52).

¹³ MEMÓRIA Política: Vera Sílvia Magalhães. Direção de Ivan Santos. Brasília: TV Câmara, 2004. (61 min), son. cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s>>. Acesso em: 13. jul. 2018.

militante se deu justamente pela subversão de papéis. Em entrevista ao Projeto Marcas da Memória, ao ser perguntada sobre qual seria a razão de ter sido escolhida como cobaia para uma aula de tortura, ela respondeu:

Acho que é um somatório de coisas. É muito difícil dizer. Nova, eu acho que todas as pessoas eram mais ou menos da mesma faixa etária. Mas acho que eles tinham um ódio especial pelo fato de ser mulher. Por ter tudo para não estar ali, era uma das coisas que eles falavam muito “Você é uma pessoa que tinha tudo para não estar nisto, como é que você estava nisto? Com uma família toda legal!”.¹⁴

Esse tipo de comentário que indicava que as mulheres não poderiam pertencer à militância política também apareceu no relato de Rita Sipahi, mas nesse caso era enfatizado o fator da maternidade. Rita tinha dois filhos quando foi presa em 1971 e relata que foi muito repreendida pelos torturadores por ter “abandonado” os seus filhos para se envolver com política. Além disso, Rita apontou que foi bastante comum a tortura psicológica com as mães estar relacionada ao perigo do que poderia acontecer com os filhos ou mesmo com a tortura de crianças, como indicou também a CNV em seu décimo capítulo (BRASIL, 2014, p. 426).

A partir dessa série de relatos citados, deve-se levar em conta que para a mulher desviante, além da tortura “igual à do homem”, evidencia-se a questão de colocá-la de volta ao seu lugar de mulher, do qual ela havia saído, o que significou violência de gênero e também resultou em casos de violência sexual.

1.3 Práticas comuns de violência

Em entrevista ao Projeto Marcas da Memória, Dulce Pandolfi refletiu sobre os três meses em que ficou presa nas dependências do (DOI-CODI):

Só homens, não existia figura feminina nenhuma, eram só homens. Tinha a infraestrutura que eram homens, os torturadores também eram homens, só tinham homens, o enfermeiro era homem, todos eram homens.¹⁵

Essa fala de Dulce é interessante para se pensar na já citada alteridade na relação entre torturador e torturada. Para a historiadora Olivia Joffily, é no corpo que as diferenças de gênero se acentuam, de forma que “cada história de vida é uma história de um corpo e cada corpo tem um sexo que possui valor histórico, social e cultural.” (JOFFILY, 2010, p. 227).

¹⁴ Entrevista com Dulce Pandolfi para o Projeto Marcas da Memória. Transcrição disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20183,%20249%20-%20000092_002472_2014_29.pdf> Acesso em 28 jan. 2019.

¹⁵ Entrevista com Dulce Pandolfi para o Projeto Marcas da Memória. Transcrição disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20183,%20249%20-%20000092_002472_2014_29.pdf> Acesso em 28 jan. 2019.

Segundo Sirlene Bendazzoli, a violência para a mulher sempre é a violência sexual:

Além da violência que se faz porque o cara é militante, que isso se faz com homem e se faz com mulher, agora mais porque ela é mulher, né? Então ela é redobrada, porque ela é física e ela é moral, ela vai o tempo todo na xingação, na violência, no constrangimento, né? No abuso mesmo.

A questão moral da tortura para as mulheres aparece como fator relevante em algumas entrevistas. A nudez forçada, técnica que pode parecer simples, também foi retomada nos depoimentos de Rita e Lúcia como uma violência específica, uma vez que, segundo elas, teria uma conotação diferente para a mulher, especialmente porque todos os torturadores eram homens, mas também devido a educação de pudor em relação ao corpo que a mulher recebe, como foi apontado por Lúcia durante a entrevista.

A nudez frente a homens enquanto maneira de desestabilizar a mulher também apareceu no décimo capítulo do Relatório Final da CNV, dedicado às violências sexual, de gênero e contra crianças e adolescentes (BRASIL, 2014).

É interessante pensar que a violência contra crianças e adolescentes geralmente está relacionada à violência contra a mulher, como de fato aconteceu com as presas que eram mães. A tortura ou ameaça de tortura dos filhos foi usada especialmente contra a mãe das crianças, ou seja, acreditava-se que a possibilidade de perigo dos filhos atingiria mais a mulher do que o homem.

Rita disse em entrevista que a preocupação que ela tinha com a segurança dos filhos foi utilizada contra ela na tortura psicológica, e que por muitos anos ela cultivou um sentimento de culpa que fora incentivado pelos militares:

[...] eu tinha uma responsabilidade muito grande com eles...eu não era uma pessoa que deixava os meninos, enfim, que não tivesse todos os cuidados pensados e realizados ‘pra vida deles, e de repente eu me vi presa e responsabilizada por deixá-los, né? Então isso me atingiu, foi quando eu fui anistiada na Comissão, pela Comissão de Anistia, que eu transferi essa responsabilidade...essa culpa que eu tinha, no fato que eu tinha...no sentimento de abandono num determinado momento para o Estado, quer dizer, não fui eu a responsável, eu tinha todo o direito à resistência, o Estado brasileiro é que foi...que me prendeu e que não levou em conta que tinha que protegê-los e que não tinha que me prender.

A culpa e a sensação de medo de que algo aconteça com os filhos era uma constante para as mães que estiveram presas. No caso de Rose Nogueira, militante à época da ALN, a

prisão aconteceu poucos dias após o parto, então ela ainda possuía leite, o que rendeu a ela o apelido de “Miss Brasil” pelos torturadores, em referência a uma vaca leiteira que eles haviam visto no jornal. O relato de Rose está presente no livro “Luta, substantivo feminino”, publicação do Governo Federal:

“Sobe depressa, Miss Brasil”, dizia o torturador enquanto me empurrava e beliscava minhas nádegas escada acima no DOPS. Eu sangrava e não tinha absorvente. Eram os ‘40 dias’ do parto. Na sala do delegado Fleury, num papelão, uma caveira desenhada e, embaixo, as letras EM, de Esquadrão da Morte. Todos deram risada quando entrei. ‘Olha aí a Miss Brasil. Pariu noutro dia e já está magra, mas tem um quadril de vaca’, disse ele. Um outro: ‘Só pode ser uma vaca terrorista’. Mostrou uma página de jornal com a matéria sobre o prêmio da vaca leiteira Miss Brasil numa exposição de gado. Riram mais ainda quando ele veio para cima de mim e abriu meu vestido. Picou a página do jornal e atirou em mim. Segurei os seios, o leite escorreu. Ele ficou olhando um momento e fechou o vestido. Me virou de costas, me pegando pela cintura e começaram os beliscões nas nádegas, nas costas, com o vestido levantado. Um outro segurava meus braços, minha cabeça, me dobrando sobre a mesa. Eu chorava, gritava, e eles riam muito, gritavam palavrões. Só pararam quando viram o sangue escorrer nas minhas pernas. Aí me deram muitas palmadas e um empurrão. (MERLINO, 2010, p. 45).

O caso de Rose apresenta vários níveis da violência de gênero. Do xingamento até a questão da maternidade, a não possibilidade de se limpar do derramamento do leite materno e da menstruação, duas especificidades de sua condição de mulher naquele momento, e culmina no assédio e no abuso sexual.

A tortura de mulheres grávidas também foi bastante comum, bem como a ameaça de um aborto forçado, o que chegou a acontecer em alguns casos, como o relatado por Izabel Fávero, militante à época da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) para a CNV:

E o meu marido dizia, “por favor não façam nada com ela, pode me torturar, mas ela está grávida”, e eles riam, debochavam, “isso é história, ela é suja, mas não tem nada a ver”, enfim. Em nenhum momento isso foi algum tipo de preocupação [...]. Eu certamente abortei por conta dos choques que eu tive nos primeiros dias, nos órgãos genitais, nos seios, ponta dos dedos, atrás das orelhas, aquilo provocou, obviamente, um desequilíbrio, [...] Certamente foi isso. E eles ficavam muito irritados de me ver suja e sangrando e cheirando mal, enfim. Eu acho que ficavam até com mais raiva, e me machucavam mais ainda. (BRASIL, 2014, p. 400)

Merece destaque o fato de que, de acordo com a maioria dos relatos, os torturadores sabiam que as mulheres estavam grávidas e em alguns casos a gravidez já estava avançada e

havia barriga visível, o que não impediu que as mulheres fossem torturadas.

Cabe frisar que as práticas misóginas não são exclusivas da repressão. Elas já estão presentes na sociedade, fazem parte da educação, dos meios de informação e da cultura como um todo. Os militares assimilaram esses valores que já constituem a sua formação e os aplicaram contra as suas opositoras políticas.

Lúcia Murat relatou em depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro a violência a que foi submetida, chamada de “Tortura sexual científica”:

Foi nesse quadro, na volta, que o próprio Nagib, fez o que ele chamava de tortura sexual científica. Eu ficava nua, com um capuz na cabeça, uma corda enrolada do pescoço passando pelas costas até as mãos, que estavam amarradas atrás da cintura. Enquanto o torturador ficava mexendo nos meios seios, na minha vagina, penetrando com o dedo na vagina, eu ficava impossibilitada de me defender, pois se eu movimentasse meus braços para me proteger eu me enforcava e instintivamente voltava atrás. Ou seja, eles inventaram um método tão perverso em que aparentemente nós não reagíamos, como se fôssemos cúmplices de nossa dor. Isso durava horas ou noites, não sei bem.¹⁶

Em entrevista realizada com Lucia Murat, ela apontou que o fato de terem ocorrido casos de violência sexual, de estupro, dentro dos presídios da Ditadura evidencia que existia sim um olhar diferente sobre a mulher militante.

Em 1989, já no período democrático, Lucia denunciou a violência sexual sofrida no emblemático filme “Que bom te ver viva”. O filme apresenta uma série de entrevistas feitas com oito mulheres que foram presas políticas da Ditadura Militar e que são intercaladas com um monólogo interpretado pela atriz Irene Ravache, que interpreta também uma sobrevivente dos horrores da Ditadura (BEZERRA, 2014, p. 39).

O filme de Lucia foi um marco significativo no sentido do rompimento do silêncio não somente em relação às torturas, prisões e mortes provocadas pelo Estado durante a Ditadura Militar, como também daquele que diz respeito à violência contra a mulher, mais especificamente a violência sexual.

1. 4 O silêncio sobre a violência sexual

¹⁶MURAT, Lúcia. Depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

Na dissertação de mestrado *A escuta que produz a fala*, a historiadora Paula Franco propõe uma reflexão sobre o porquê das denúncias sobre crimes de violência sexual praticados por agentes de Estado durante a Ditadura Militar brasileira serem majoritariamente recentes. Franco aponta que o silêncio a respeito da violência sexual muitas vezes durou mais do que o silêncio referente à tortura, e indica um papel fundamental da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e das comissões estaduais da verdade nesse processo de fala, no sentido de terem criado um canal de denúncias e de investigações (FRANCO, 2017).

Relatos de violência sexual estiveram presentes desde os primeiros relatos de tortura, como aponta a historiadora. No documentário *Brazil: A report on torture*, produzido em 1971, ex presos políticos brasileiros banidos no Chile em troca do embaixador norte-americano Charles Elbrick, sequestrado em ação organizada pelo MR-8, denunciaram os horrores da Ditadura Militar brasileira. Entre eles estava Maria Auxiliadora Lara Barcellos, a Dodora¹⁷, militante da VAR-Palmares.

No documentário, Dodora indica ter sido vítima de tortura sexual. Segundo o relato¹⁸, os torturadores fizeram simulações de ato sexual com Dodora enquanto a mesma estava nua e chamaram os demais funcionários do DOPS para assistir a cena. Nesse relato aparecem algumas práticas comuns, como a nudez forçada, a ameaça de estupro e a exposição da vítima perante funcionários homens.

O Relatório *Brasil: Nunca Mais* (BNM), grande marco de denúncia de tortura da Ditadura Militar brasileira, publicado originalmente em 1985, no início da transição democrática, dedica algumas páginas às mulheres que foram torturadas sob custódia do Estado brasileiro. O relatório não utiliza, no entanto, o termo “violência de gênero” nem traz maiores reflexões sobre o caráter dessa violência, o que se explica pelo contexto de publicação, como aponta Franco (FRANCO, 2017, p. 48).

Quando se deu a publicação do Relatório BNM, o objetivo primeiro e emergencial era denunciar as torturas cometidas pela repressão da Ditadura Militar contra os seus opositores

¹⁷Maria Auxiliadora Lara Barcellos foi uma militante da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR) Palmares. O seu caso é um dos mais emblemáticos no que diz respeito às sequelas psicológicas da tortura. Dodora fora solta e banida do Brasil em troca do embaixador Suíço Giovanni Bucher em 1971. Fora exilada política no Chile e, após a instauração da Ditadura de Pinochet, morou em Berlim, na Alemanha, local em que se suicidou em 1976. (Bibliografias da Resistência, Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-auxiliadora-lara-barcellos/>>. Acesso em: 16 jan. 2018).

¹⁸O relato de Maria Auxiliadora Lara Barcellos se inicia aos 4 minutos e 30 segundos do documentário *Brazil: A report on torture*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6aUu-zGGg08>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

políticos durante 21 anos de governo. Essa questão é o que a historiadora Mariana Joffily aponta como “hierarquização de urgências”, uma das explicações que a autora encontra para a inclusão da categoria gênero nos relatórios mais recentes que denunciam os crimes cometidos pela Ditadura Militar brasileira, como o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entregue à presidenta Dilma Rousseff em dezembro de 2014 (JOFFILY, 2016).

Joffily indica que a politização do termo gênero e da violência contra as mulheres também foi fator fundamental para que as Comissões da Verdade adotassem essa nova análise. O movimento feminista, que ganhou bastante força no cenário brasileiro no contexto de redemocratização, trouxe uma reflexão política sobre uma violência específica que antes era considerada como “efeito colateral” da condição feminina, algo de pouca relevância (JOFFILY, 2016).

A historiadora Paula Franco aponta que em algumas denúncias tardias de violência sexual a caracterização desta como uma “violência secundária” foi uma constante, mesmo para as próprias militantes (FRANCO, 2017, p. 25).

Para a socióloga argentina Elizabeth Jelin, muitas mulheres optam por não contar suas histórias pois acreditam que estas não seriam tão relevantes quanto outras (JELIN, 2002). Esse fator apareceu na entrevista com Sirlene Bendazzoli, que repetiu algumas vezes que ela “não era tão importante assim”, e aparece também na única entrevista que a jornalista Míriam Leitão concedeu sobre as torturas a que foi submetida¹⁹. Ao explicar o porquê de ter esperado cerca de 40 anos para trazer à tona a denúncia – ela deu entrevista ao jornal “Observatório da Imprensa” em agosto de 2014 – Míriam relatou:

Tenho noção clara que fiquei apenas no prefácio do livro de horrores que aconteceu no Brasil (durante a Ditadura Militar de 1964 a 1985). Relativamente ao que outros (presos políticos) passaram, vivi muito menos. [...] Não acho que minha história seja importante, mas as Forças Armadas precisam reconhecer que erraram. A democracia precisa que haja esse reconhecimento.

Longe de ser irrelevante, o depoimento da antiga militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) traz denúncias sobre o torturador Dr. Pablo, codinome de Paulo Malhães,

¹⁹ CONSTÂNCIO, Thaíse. Míriam Leitão relata ter sido torturada, grávida. Observatório da Imprensa.

Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/_ed813_miriam_leitao_relata_ter_sido_torturada_gravida/>.

Acesso em 28 jan. 2019.

como responsável por ter torturado Míriam com uma jibóia. Ela também relatou ter sido torturada apesar de ter repassado aos torturadores a informação de que estava grávida de um mês, além de ter sido ameaçada de estupro coletivo pelos militares no momento em que chegou no 38º Batalhão de Infantaria de Vitória, no Espírito Santo²⁰.

O Relatório BNM apresenta, em seu capítulo dedicado à violência contra mulheres e crianças, sete relatos de mulheres que sofreram abuso sexual enquanto prisioneiras políticas da Ditadura Militar, entre eles o de Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da chamada “Casa da Morte”, centro clandestino de tortura localizado em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Inês denunciou o militar de codinome “Camarão” como o homem que a estuprou durante o cárcere em depoimento prestado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 1979, ainda durante a Ditadura Militar (BRASIL, 2014, p. 45).

Após a localização e o reconhecimento do militar, a denúncia foi apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), mas foi retirada por decisão embasada na Lei da Anistia de 1979, em 08 de março de 2017 – em uma triste ironia, o Dia Internacional da Mulher.

Míriam Leitão havia feito uma denúncia perante a Justiça Militar na época do julgamento do seu processo, que consta no subtítulo “Insetos e Animais” do segundo capítulo do BNM, intitulado “Modos e instrumentos de tortura” (BRASIL, 2014, p. 37).

Dulce Pandolfi também relatou torturas à Justiça Militar, que igualmente constam no BNM. Cabe destacar que no caso de Dulce uma das denúncias é a de que “os torturadores alisaram o seu corpo sob o pretexto de ensaboá-la”²¹, mas o caso de abuso sexual já não aparece mais nos depoimentos mais recentes, prestados cerca de 20, 30 anos depois e já citados nesse trabalho.

Na mesma medida em que o silêncio sobre o abuso, no caso de Dulce, pode significar um simples esquecimento, pode-se pensar também nas interpretações de “hierarquização de urgências” e de um “efeito colateral”, propostas por Mariana Joffily. As possibilidades de interpretação podem ser múltiplas, mas é preciso ter em mente que os silêncios a respeito de um episódio traumático podem dizer tanto quanto o próprio falar (POLLAK, 1989, p. 3-4). No que diz respeito aos relatos de mulheres, cabe levar em consideração também as

20 CONSTÂNCIO, Thaíse. Míriam Leitão relata ter sido torturada, grávida. Observatório da Imprensa.

Disponível em:

<http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/_ed813_miriam_leitao_relata_ter_sido_torturada_gravida/>.

Acesso em 28 jan. 2019.

21A transcrição das denúncias do processo de Dulce Pandolfi constam no Tomo V, Vol I: A tortura, do Projeto Brasil Nunca Mais, p. 757-761. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/nunca/07.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2018.

problemáticas aqui citadas.

2. A mulher de esquerda nos documentos da repressão

2.1 A importância de ter controle sobre o discurso

Aqueles que defendem a Ditadura Militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985, ainda hoje justificam tanto o golpe civil-militar quanto as ações repressivas que se seguiram por meio do discurso de restauração da ordem e da democracia. A cientista política Maria Helena Moreira Alves aponta que, especialmente durante o governo do General Humberto Castelo Branco, primeiro ditador militar, houve uma “verdadeira obsessão” da Ditadura por se legitimar enquanto democracia, de forma que o Congresso Nacional, por exemplo, foi mantido, apesar de amplamente censurado, representando uma oposição controlada que dava ares de democracia ao novo governo (ALVES, 2005, p. 10).

Michel Foucault indica que no discurso manifestam-se lutas e representam-se poderes, sendo que o discurso também pode ser o objeto pelo qual se luta, afinal, quem compõe o discurso dominante tem o poder de construir representações sobre algo ou alguém (FOUCAULT, 1996, p. 10). No caso de uma ditadura, o Estado possui um controle maior sobre o discurso oficial, que se dá principalmente através da censura da imprensa e das artes. A necessidade da Ditadura Militar brasileira de manter uma credibilidade democrática levou à construção de um discurso no sentido de criminalizar os seus opositores políticos, o que se deu em grande parte por meio da Doutrina de Segurança Nacional²² (ALVES, 2005, p. 30).

Havia também uma forte questão moral na criminalização dos militantes de esquerda, uma vez que a crença de que o comunismo seria inimigo do modelo tradicional de família cristã é antiga no Brasil (MOTTA, 2002, p. 96-97). A historiadora Ana Colling aponta o efeito que esse moralismo conservador tem na construção que a repressão faz da imagem das mulheres militantes, colocando essas como “não-mulheres” ou “putas comunistas”, como já foi citado neste trabalho (COLLING, 1997, p. 103).

Levando em consideração o discurso moral de defesa da família cristã, que foi um dos pilares do golpe, e a criminalização da oposição que foi necessária para justificar as arbitrariedades cometidas e até mesmo a tortura (JOFFILY, 2013, p. 258), serão analisados

²²A Doutrina de Segurança Nacional, cujo principal teórico foi o General Golbery do Couto e Silva, foi disseminada no Brasil principalmente pela Escola Superior de Guerra (ESG) e tinha a sua ênfase na segurança interna. Apoiada também no anticomunismo, a doutrina defendia que a guerra revolucionária não era declarada e podia acontecer a partir dos cidadãos do país, de forma que se cria a figura do “inimigo interno” (ALVES, 2005, p. 44-45).

neste capítulo documentos produzidos pelos órgãos de repressão em que são relatadas informações sobre mulheres militantes de esquerda.

Para a realização desta pesquisa, buscou-se o trabalho com os documentos que o historiador Carlos Bacellar chama “de polícia”: aqueles que dizem respeito, de uma forma geral, à ação repressora do Estado (BACELLAR, 2005, p. 31).

O projeto inicial consistia em consultar documentos em que fossem mencionadas as mulheres entrevistadas para essa pesquisa. No entanto, como algumas delas ainda possuem requerimentos de Anistia a serem julgados e os documentos são, portanto, de caráter restrito, foi escolhido outro corpo documental. A saber: os documentos levantados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) nos verbetes do volume III do seu Relatório Final, que diz respeito aos mortos e desaparecidos políticos (BRASIL, 2014).

A escolha dos documentos deu-se principalmente pelo fato da maioria das fontes estarem disponíveis para consulta pública no Arquivo Nacional que fica em Brasília, no Distrito Federal. Alguns dos documentos listados pela CNV, entretanto, só podem ser acessados no arquivo do Rio de Janeiro ou em arquivos estaduais, de forma que tivemos acesso a 23 documentos digitais em que são citadas 17 mulheres da lista de mortos e desaparecidos políticos da CNV.

Ao iniciar a análise das fontes, nos deparamos com um obstáculo citado por Carlos Bacellar no texto “Uso e mau uso dos arquivos”: nem sempre os documentos que deveriam ter sido produzidos pelo Estado de fato o foram (BACELLAR, 2005, p. 50). Nesse caso, o que procurávamos, prontuários individuais ou fichas de prisão, não constam nos documentos sobre essas mulheres, uma vez que as pessoas que foram desaparecidas durante a Ditadura Militar, em sua maioria, não tiveram a sua prisão - sequestro - registrada.

Nos documentos que dizem respeito às mulheres que foram mortas pelo Estado brasileiro também não consta prisão, mas recortes de jornais com a narrativa de morte em confronto com as forças policiais, explicação que a Ditadura dava na época e fazia publicar-se na imprensa.

Dessa forma, os documentos analisados consistem, em sua maioria, em listas de integrantes de organizações da esquerda revolucionária e de partidos clandestinos, bem como relações de desaparecidos políticos da época. Esses documentos foram produzidos por órgãos como o Serviço Nacional de Informações (SNI)²³, o Departamento de Ordem Política e Social

²³Criado em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha a competência de produzir e de mandar produzir informações em âmbito nacional. Apesar de ser essa a sua função, indica-se que tenha se

(DOPS)²⁴, o Centro de Informações do Exército (CIE) e da Marinha (CENIMAR)²⁵ e o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

2.2 Amante ingênua ou puta comunista?

O sociólogo Pierre Bourdieu indica que a “violência simbólica” é um aspecto fundamental na formação da dominação masculina na sociedade contemporânea. Longe de ser uma violência menos prática ou presa ao imaginário social, a violência simbólica como conceituada em Bourdieu legitima as estruturas de dominação através de um “trabalho histórico de reprodução” que pode resultar também em violências físicas (BOURDIEU, 1999).

Vestígios dessa violência simbólica, que se dá também através do discurso, foi o que procuramos analisar nos documentos produzidos pela repressão, com a finalidade de compreender como foi construída a imagem das mulheres militantes pelos apoiadores da Ditadura.

A historiadora Ana Colling dedicou-se ao trabalho principalmente com documentos do DOPS em seu livro *A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil*, em que fez uma análise no mesmo sentido de perceber a violência dentro do discurso. Colling analisou fichas criminais de mulheres militantes e constatou que os militares viam as mulheres enquanto seres a-políticos, incapazes de fazer política por si só, de forma que precisavam estar sempre relacionadas a um homem da organização na condição de esposa, amante, filha, etc (COLLING, 1997, p. 96).

O contato com as listas produzidas pela repressão, que contém relação de militantes, mulheres e homens, de determinadas organizações, nos mostra, no entanto, outras possibilidades de interpretação.

Em documento produzido pelo CIE em 1972 sobre a situação dos presos políticos que haviam sido banidos para a Argélia em função do sequestro do embaixador Alemão, a primeira informação que consta sobre Vera Silvia Magalhães é: “a posição é de não voltar já”,

envolvido também em atividades de “segurança nacional” - repressão política. (FICO, 2001, p. 81). ok

24O DOPS foi criado em 1928 e teve papel fundamental de repressão política também na Ditadura do Estado Novo. Durante a Ditadura Militar, o DOPS teve estreita relação de atuação com o sistema DOI-CODI (JOFFILY, 2013, p. 24).

25Segundo o historiador Carlos Fico, o CIE, criado em 1967, o CENIMAR, criado em 1955, juntamente com o CISA (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica), que ganhou este nome em 1970, foram modernizados no mesmo período (no início da década de 70) “para maior eficácia do combate à subversão” (FICO, 2001, p. 90-92).

seguida da nota de que seria amante do também militante Fernando Gabeira²⁶. No mesmo documento, consta sobre Rollando Fratti que “é da ALN, está na ITÁLIA muito doente e não volta, amante de MARIA SEAIRES”, e sobre Diógenes José Carvalho de Oliveira que “é da VPR e já deve estar de volta; é amante de DULCE DE SOUZA.”²⁷. Nos três casos a informação de ser amante de outro companheiro ou companheira de militância aparece como item tão importante quanto a sua filiação política, sem aparente distinção entre homens e mulheres.

Pode-se pensar, por um lado, que existia uma necessidade de coleta de informações tais quais parentesco e relações afetivas no sentido de montar uma rede de contato entre os militantes perseguidos que facilitaria a composição do quadro geral de atuação das esquerdas (JOFFILY, 2013, p. 227).

Em documento emitido pelo DOPS em 1975, a respeito do funcionamento de uma gráfica clandestina do Partido Comunista Brasileiro (PCB), é relatada a relação de parentesco entre homens militantes do partido:

O sítio em questão pertencia a elemento, possivelmente de nacionalidade portuguesa, de sobrenome MARTINS, genro do militante CELSO CORDEIRO (irmão de HENRIQUE CORDEIRO, militante comunista da ABI) e que foi o intermediário da transição²⁸.

Percebemos nesses documentos que a ligação entre um ou outro militante, quando existe, aparece como informação relevante, tanto para homens quanto para mulheres, possivelmente para fins de localização do indivíduo.

Por outro lado, o uso da palavra amante, por exemplo, pode representar a intenção de uma criminalização moral do estilo de vida da esquerda da época, no qual casais poderiam viver maritalmente sem estarem formalmente casados. A esquerda muitas vezes se confundia aos olhos da repressão com a chamada “Revolução Sexual” dos anos 60, adotando práticas absolutamente condenáveis para os conservadores, como o próprio uso da pílula anticoncepcional (COLLING, 1997, p. 41).

É importante frisar que, apesar de homens também aparecerem na condição de amantes nesses documentos, a filiação política deles sempre está relatada, o que já não acontece para as mulheres militantes. No caso das mulheres, muitas vezes a informação de que é esposa ou amante de algum homem da organização basta.

²⁶Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_V8_ACE_DI_44074_72_d, p. 3.

²⁷Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_V8_ACE_DI_44074_72_d, p. 7.

²⁸Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_AT0_0066_0006, p. 46.

No documento já citado sobre os militantes banidos na Argélia, por exemplo, sobre a militante Maria do Carmo Brito consta que “é amante ou esposa de ÂNGELO PEZZUTI e está no Chile.”, sem qualquer informação sobre a organização a qual pertencia²⁹.

É comum também que a ligação romântica entre militantes apareça somente como informação vinculada ao nome da mulher, como aparece em documento produzido pelo CIE em 1978, sobre nomes de militantes que apareceram no Jornal do Brasil (JB), a informação sobre Ana Rosa Kucinski: “Casada com WILSON SILVA, também relacionado no JB; militante da ALN/SP; seu destino atual é ignorado”³⁰.

Sobre Wilson Silva, no mesmo documento, consta prontuário individual, em que aparecem as seguintes informações:

Redator do jornal comunista ‘VOZ OPERÁRIA’. Assinou artigos publicados nas edições de agosto e setembro de 1974, nos quais se refere a fatos transcorridos em maio e setembro e cita trechos de artigos publicados em junho e julho do mesmo ano. Dedicava-se, portanto, à prática de atividades subversivas clandestinas, na época em que é apontado como desaparecido. Situação atual: PROCURADO³¹.

Não somente a informação de que é casada com outro militante aparece antes de sua própria filiação política, no caso de Ana, mas no mesmo documento, no que diz respeito a Wilson Silva, não há nenhuma menção de que é casado com Ana.

Essa diferença da importância da informação do casamento no caso de Wilson e Ana pode ter se dado devido à maior participação política de Wilson dentro da organização, mas a razão não necessariamente foi essa, uma vez que mulheres importantes dentro de organizações políticas, até mesmo aquelas que ocupavam cargo de chefia, podem aparecer nos documentos apenas como amante de outro companheiro.

Permanecendo ainda no caso de mulheres que se destacaram dentro da militância de oposição à Ditadura, faz-se relevante a apresentação de um relatório de “considerações políticas” que faz parte do documento do CIE sobre os militantes banidos. No relatório em questão, relata-se a disputa interna pelo comando da ALN após a morte de Carlos Marighella e são apontados como os nomes mais importantes nesse contexto os de Zilda Xavier Pereira e Joaquim Câmara Ferreira, de codinome “Toledo”.

Na conclusão do texto, o relator deixa clara a sua própria opinião sobre a questão:

²⁹ Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_V8_ACE_DI_44074_72_d, p. 3.

³⁰ Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_AT0_0_0_0090_0015, p. 3.

³¹ Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_AT0_0_0_0090_0015, p. 5.

Como conclusão, se a direção estava entre uma mulher sem tradição, semi-alfabetizada, que sequer fora direção regional, *e que sempre colocava em primeiro plano o zelo pela família* (grifo nosso), e de outro lado, um militante famoso, dotado de alto nível intelectual e cultural, imensamente vivido, tido como o sucessor de MARIGHELLA pela imprensa e sobretudo falando espanhol muito bem (coisa que ZILDA jamais se preocupou), a opção era clara [...] ³²

Ao defender que a melhor escolha para a organização teria sido de fato Joaquim Câmara Ferreira, o relator busca diminuir a importância política de Zilda, apesar dessa ter participação política dentro do PCB desde a década de 40 e de ter sido dirigente regional, ao contrário do que afirma o documento ³³. A maternidade aparece como fator fundamental de impedimento de uma ação política satisfatória. É a questão da virilidade masculina na formação do ideal de militante, que estava presente também dentro das próprias organizações de esquerda (WOLFF, 2010, p. 149). O zelo materno, indicador de feminilidade, é uma característica que uma liderança política não deve possuir, nem para a esquerda e certamente nem aos olhos dos militares.

É importante, no entanto, frisar que nem sempre a mulher aparece como um ser não político que precisa ter vinculação a um homem militante. Mulheres que não eram casadas - ou quando a repressão não tinha esse tipo de informação - eram listadas simplesmente enquanto militantes políticas, como é o caso de Maria Soares, em documento sobre os militantes banidos na Argélia ³⁴, e Lúcia Murat, em lista de “subversivos presos em Salvador” produzida em 1970 pelo DOPS ³⁵.

No caso de mulheres que tinham maior destaque na organização, essa informação poderia ser ressaltada, apesar de não ser muito comum nem a informação constar no documento e nem mulheres terem posições de destaque dentro da esquerda. Um caso que nos chamou a atenção se refere às informações que a repressão levantou sobre a militante Tereza Angelo em documento emitido pela Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) em 1975:

48. 2 - Militante ativa da organização subversiva VPR, participou de diversas ações armadas, como assaltos a bancos, ao QG da Força Pública de São Paulo, sequestro dos Embaixadores da Alemanha e da Suíça, sendo, aliás, a única mulher a ter acesso no “aparelho” onde ficavam os diplomatas

32 Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_V8_ACE_DI_44074_72_d, p. 19.

33PARTIDO Comunista Brasileiro. Morre Zilda Xavier Pereira, revolucionária brasileira. Acesso em: <<https://pcb.org.br/portal2/9926/morre-zilda-xavier-pereira-revolucionaria-brasileira/>>.

34 Arquivo Nacional, código BR_DFANBSB_V8_ACE_DI_44074_72_d, p. 7.

35 Arquivo Nacional, código BR_DF_ANBSB_AT0_0_0_0056_0009, p. 63.

sequestrados³⁶.

O reconhecimento da importância política da militante dentro da VPR não exclui a aparente importância da informação que se segue, de que Tereza seria amante de um militante da mesma organização³⁷. No mesmo documento, no entanto, encontramos um caso em que a identificação do “amante” não aparece. Nas informações referentes a militante paraguaia Soledad Barret, que foi assassinada no chamado Massacre da Chácara de São Bento, em Recife, Pernambuco, consta o seguinte:

Codigome: SOL, filha de Alex Rafael Barret e Deolinda Viedn, profissional da subversão, era ativista do PC do Uruguai; pertencia a organização VPR. Foi morta em 08-01-73 no Município de Paulista, Recife/PE, ao reagir a bala a voz de prisão dada pelos agentes de segurança, quando do desbaratamento do Congresso Terrorista no qual tomava parte. O fato foi amplamente divulgado pela imprensa e pelo Diário de Brasília, edição 11-01-73.”³⁸.

Como a ausência pode dizer tanto quanto o que está escrito, pode-se considerar a hipótese de que a falta da informação de que Soledad tinha um relacionamento afetivo com José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, agente infiltrado da Ditadura, faz total sentido se pensarmos em ocultação de crimes da Ditadura, visto que não somente o Cabo Anselmo foi o responsável por entregar os militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) assassinados em 1973, mas Soledad estava grávida de um filho do próprio Anselmo quando foi executada.

No mesmo documento, na descrição que a repressão faz da companheira de militância de Soledad, Pauline Reichstul, também assassinada no Massacre da Chácara de São Bento, consta a informação de que Pauline teria sido amante de dois outros militantes, sendo um deles Eudaldo Gomes da Silva. Na parte que fala sobre Eudaldo, no entanto, não é citada a relação com Pauline³⁹.

O contato com os documentos da repressão nos mostra que a relação afetiva com algum companheiro de militância aparece como informação fundamental no que diz respeito às mulheres militantes, salvo alguns poucos casos. Apesar de homens também aparecerem como amantes em alguns casos, é importante ressaltar que o uso dessa palavra tem uma

36 Arquivo Nacional, código AC_ACE_109623_75_001, p. 38.

37A informação 48.4 diz que Tereza é amante de outro militante. A anterior, 48.3, diz respeito aos codinomes usados pela militante, e seguem-se mais três informações sobre atuação política e localização.

38 Arquivo Nacional, código AC_ACE_109623_75_001, p. 4.

39 Arquivo Nacional, código AC_ACE_109623_75_001, p. 3.

conotação realmente negativa para as mulheres, uma vez que de, acordo com os papéis sociais de gênero, é permitido ao homem manter relacionamento com muitas mulheres.

Por fim, é possível perceber que a representação das mulheres nos documentos da repressão não é de forma alguma algo fixo. Às vezes amantes ingênuas ou figuras passivas, que foram levadas à militância por um companheiro, podem aparecer também como terroristas perigosas, e na maioria dos casos enquanto mulheres amorais, as “putas comunistas” (COLLING, 1997, p. 93).

Uma forma de representação, no entanto, não exclui a outra. O que parece ser uma contradição - um “desvio de mulher” que também é uma amante ingênuas - na realidade representa tentativas do discurso conservador de dar significado a militância política dessas mulheres, que deixaram o ambiente doméstico para entrar na esfera pública.

Bourdieu indica que:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; [...]” (BOURDIEU, 1999, p. 18).

Dessa forma, percebemos no discurso da repressão sobre as mulheres uma criminalização moral não somente da esquerda mas das mulheres que fazem política, carregada de símbolos sociais sobre os gêneros feminino e masculino que já estão presentes no imaginário social.

Considerações Finais

No decorrer desta pesquisa, percebemos as várias formas que pode tomar a violência de gênero contra as mulheres. De modo algum restrita ao estupro ou ao abuso sexual, essa violência em muitos casos se dá por vias simbólicas, sendo constantemente perpetuada por um discurso construído historicamente e que acaba por legitimar as suas práticas físicas (BOURDIEU, 1999, p. 44).

É importante pensar que os papéis de gênero se acentuam durante conflitos políticos e como a atuação política de mulheres causa um desconforto imenso, principalmente quando se instaura uma Ditadura de viés conservador e hierárquico como ocorreu no Brasil em 1964.

O incômodo frente a participação de mulheres na militância de oposição à Ditadura levou a repressão a criar representações sobre essas militantes: a “puta comunista” ou a “mulher-macho” (COLLING, 1997, p. 103). Essas imagens se fizeram presentes tanto nas práticas de tortura quanto nos documentos oficiais, como ficou claro a partir da análise de depoimentos orais e documentos da repressão.

Compreendemos que os militares usaram de uma série de símbolos presentes no imaginário social para promover uma desumanização de suas opositoras políticas, que se deu também e especialmente no caso das mulheres por meio da desmoralização.

Finalmente, a reflexão sobre o silêncio a respeito da violência sexual é fundamental para pensarmos o silêncio sobre a própria tortura e em qual narrativa se consolidou na memória coletiva brasileira sobre a Ditadura Militar.

O sociólogo Michael Pollak afirma que a memória coletiva sobre períodos traumáticos é frequentemente marcada por lacunas e silenciamentos (POLLAK, 1989, p. 3-4). Durante a realização deste trabalho, pudemos refletir sobre os motivos que fazem o discurso oficial da Ditadura, apesar de ter sido retificado pelo Estado brasileiro desde os anos 90, ainda ser o dominante no senso comum.

A restrição de um debate tão importante no sentido de impacto social como é o dos crimes da Ditadura, ainda muito reduzido aos ambientes da Academia e da militância, é algo que sem dúvidas influencia a predominância do discurso da Ditadura e em especial o discurso de saudosismo à Ditadura Militar que marca o contexto atual. É preciso refletir sobre o papel do historiador frente a esse tipo de situação e pensar em meios de ampliar o debate historiográfico junto a sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. História dentro da História In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Edusc, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio. **La historia del presente,¿ una cuestión de método?**. Gobierno de La Rioja, Instituto de Estudios Riojanos, 2004.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassannezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: **Contexto**, 2005.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. TA, 1979.

BRASIL. **Brasil Nunca Mais: um relato para a história**. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, CNV. 2014. Volume I. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em 28 jan. 2019.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília, CNV. 2014. Volume I. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_3_digital.pdf>. Acesso em 28 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.140, de 04 dez. de 1995. *Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências*. Presidência da República. Brasília, 04 dez. 1995. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

_____. Lei nº 10.559, 13 de nov. de 2002. Dispõe sobre a Anistia Política. Presidência da República. Brasília, 13 nov. 2002. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10559.htm>. Acesso em 28 jan. 2019.

BRAZIL: A report on torture. Direção de Hannah Eaves. Estados Unidos: 1971. (60 min), son., cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6aUu-zGGg08>>. Acesso em 28 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Editora Rosa dos Tempos, 1997.

CONSTÂNCIO, Thaíse. Miriam Leitão relata ter sido torturada, grávida. Observatório da Imprensa. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/memoria/_ed813_miriam_leitao_relata_ter_sido_torturada_gravida/>. Acesso em 28 jan. 2019.

DA COSTA BEZERRA, Kátia. Que bom te ver viva: vozes femininas reivindicando uma outra história. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43, p. 35-48, 2014.

DE REZENDE, Maria Jose. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Editora UEL, 2001.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do gênero: Psicobiografia, sociocultura e transformações**. Editora UFPR, 2010.

FAZIO VENGOA, Hugo. **La historia del tiempo presente. Historiografía, problemas y métodos**. Ediciones Uniandes-Universidad de los Andes, 2010.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Editora Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 1996.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala**. Tese de Mestrado. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2017.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid, Siglo XXI, 2002.

JOFFILY, Mariana Rangel. **No centro da engrenagem. Os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JOFFILY, Mariana. **Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber?**. SUR 24 - v.13 n.24, p. 165 - 176, 2016.

JOFFILY, Olívia Rangel. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M; WOLF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.

MARIA Auxiliadora Lara Barcelos. Bibliografias da Resistência, Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/maria-auxiliadora-lara-barcelos/>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

MEMÓRIA Política: Vera Silvia Magalhães. Direção de Ivan Santos. Brasília: TV Câmara, 2004. (61 min), son. cor. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=q8fUe7vsj2s>>. Acesso em 28 jan.. 2019.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Direito à Memória e a Verdade: luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura**. São Paulo: Caros Amigos, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**. Editora Perspectiva, 2002.

MURAT, Lúcia. Depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/politica/materias/1506981-depoimento-de-lucia-murat-a-comissao-da-verdade-do-rio>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PATEMAN, Carole. O contrato Sexual (1988). **Tradução de Marta Avancini**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PANDOLFI, Dulce. Depoimento prestado à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/file/Depoimento%20Dulce%20Pandolfi%20-%20Comiss%C3%A3o%20da%20Verdade%20-%20Maio%202012.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2019.

PANDOLFI, Dulce. Entrevista ao “Projeto: Marcas da Memória: História Oral da Anistia no Brasil”, 2011. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo9/Nota%20183,%20249%20-%2000092_002472_2014_29.pdf> Acesso em 28 jan. 2019.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUE bom te ver viva. Direção de Lucia Murat. Rio de Janeiro, 1989, (1h40min) son. cor.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christiane Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 1990.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana M; WOLF, Cristina (orgs). **Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.